

Nº da proposição 00029/2021

Data de autuação 23/11/2021

Assunto principal: PROPOSIÇÕES Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Autor: MESA DIRETORA

Ementa:

APROVA A INDICAÇÃO DA DEFENSORA PÚBLICA ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA, PARA ASSUMIR O CARGÓ DE DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, RECONDUZIDA POR 2 (DOIS) ANOS, DE ACORDO COM O ART. 147 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 29/2021

APROVA A INDICAÇÃO DA DEFENSORA PÚBLICA ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA PARA EXERCER O CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO CEARÁ.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovada a indicação da Defensora Pública Elizabeth das Chagas Sousa para o cargo de Defensor Público Geral do Estado do Ceará, reconduzida por 2 (dois) anos, de acordo com o art. 147 da Constituição do Estado do Ceará.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,
23 de novembro de 2021.

The way of the state of the sta

DEP. EVANDRO LEITÃO
PRESIDENTE
DEP. FERNANDO SANTANA
1.° VICE-PRESIDENTE
DEP. DANNIEL OLIVEIRA
2.° VICE-PRESIDENTE
DEP. ANTÔNIO GRANJA
1.° SECRETÁRIO





OFÍCIO GG № 365 /2021

Fortaleza, 17 de woven 1/10 de 2021

Excelentíssimo Senhor **Deputado EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Av. Desembargador Moreira, 2807 – Dionísio Torres

60.170-900 – Fortaleza / CE

Senhor Presidente,

Saudando-o cordialmente, reporto-me ao Ofício nº 670/2021/DPGE/GAB, em anexo, no qual a Presidência do Conselho Superior da Defensoria Pública encaminha lista para escolha de Defensor Público Geral, oriunda da eleição presidida pela Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado do Ceará, realizada no dia 08 de outubro de 2021.

A propósito, em atenção ao disposto no inciso X do artigo 88 da Constituição Estadual, comunico a Vossa Excelência a escolha de ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA para assumir o cargo em questão. Logo, encaminho a essa augusta Casa Legislativa, para análise e apreciação, o nome indicado.

Renovando votos de elevada consideração, subscrevo-me atenciosamente.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL do Estado do Ceará

Gabinete da Defensora Publica Geral

Oficio nº 670/2021/DPGE/GAB

Exmo. Senhor Governador Camilo Sobreira de Santana Governador do Estado do Ceará Palácio da Abolição Av. Barão de Studart, 505 - Meireles Fortaleza-CE - CEP: 60.120-013

Selication of the South of the Charles of the Charl

Excelentíssimo Senhor Governador,

A Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, vem, por meio deste, respeitosamente, encaminhar a Vossa Excelência, conforme dispõe o art. 8º, § 2º, da LC 06/97 e art. 9°, do Edital nº 01/2021 e art. 9° da Resolução nº 12/2005, do Conselho Superior da Defensoria Pública, a lista para escolha de Defensor Público Geral, oriunda da eleição presidida pela Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado do Ceará, realizada no dia 08 de outubro de 2021.

- 1. Elizabeth das Chagas Sousa 189 votos;
- 2. Francisco Rubens de Lima Júnior 177 votos:

Sem mais para o momento, renovo votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Elizabeth das Chagas Sousa

Presidenta do Conselho Superior da Defensoria Pública DPGE-CE

Av Pinto Bandeira, nº 1 111, Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE CEP 60.811-170, Fone (85) 3101-3434, E-mail: gabinete@defensoria.ce.gov.br



Elizabeth Chagas

Defensora Pública do Estado do Ceará

Rua Leonardo Mota, 501, apto. 1702, Aldeota Fortaleza, CE +55 85 85 99646-9922 glizabath chagas@defensoria.ce.def.br

EXPERIÊNCIA

Defensoria Pública do Estado do Ceará NOMEADA EM 16 DE AGOSTO DE 2006 EMPOSSADA NO 04 DE SETEMBRO DE 2006

É defensora pública estadual tendo atuado em Várzea Alegre, Crato e Maranguape. Em Fortaleza, foi titular no Juizado da Mulher e no Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NUDEM). Exerceu a função de Secretária Executiva da Defensoria Pública entre 2015-2019.

Atualmente é titular do Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará. Membro da Comissão de Controle Interno da Defensoria Pública, Agente de Integração da Rede de Controle Interno do Estado do Ceará e Assessora do Conselho de Governança Fiscal do Ceará.

Associação dos Defensores Públicas do Ceará

2011-2014

Diretora Jurídica e de Prerrogativas da Associação Dos Defensores Públicos do Ceará

Instituto Maria da Penha

2012- Atualmente

Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Maria da Penha

FORMAÇÃO

Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), Graduação

Bacharel em Direito

Escola Superior do Ministério Público, Ceará — Pós Graduação

2010 - 2011

Especialização em Direito de Família



PRÉMIOS

Prêmio Innovare -Reconhecimento pelo projeto Mulher Sem Medo e Mulher Agrária: Autonomia 15 - 2014

Prêmio Fórum de Justiça -Reconhecimento pelo projeto Mulher Sern Medo e Mulher Agrária: Autonomía Já - 2015

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Reconhecimento pela sua atuação na área da mulher - 2014.

Câmara Municipal de Fortaleza - Reconhecimento a sua atuação em diversas lutas sociais - 2014

Assembleia Legislativa do Ceará - Reconhecimento por servidores estaduais que se destacaram em sua função - 2015 (proposta pelo deputado estadual Carlos Felipe)

IDIOMAS

Espanhol



PROJETOS PREMIADOS

Mulher Sem Medo, Mulher Agrária, Autonomía Já 2013-2015

O projeto visa ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher do campo, bem como ao empoderamento e empreendedorismo das mulheres na realidade do campo, através do conhecimento dos direitos humanos das mulheres por meio de palestras, oficinas, elaboração de estudos, materiais didáticos e pesquisas específicas à realidade do campo.

CURRÍCULO RESUMIDO

Elizabeth Chagas é defensora pública estadual desde 2006. Titular do Núcleo de Habitação e Moradia. Formada em Direito pela Unipê, na Paraíba e especialista em Direito de Família. Foi titular do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Fortaleza por oito anos. Foi Diretora Jurídica e de Prerrogativas da Associação Dos Defensores Públicos do Ceará por quatro anos. Ocupou o cargo de secretária executiva da Defensoria Pública do Estado do Ceará, em 2016-2019. É atualmente titular do Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Ceará, agente de integração no Conselho de Governança Fiscal do Estado e membro do conselho deliberativo do Instituto Maria da Penha. Sua atuação já foi reconhecida nacionalmente pelo Prêmio Innovare, com projeto Mulheres Agrárias: Autonomia Já, em 2014, e pelo Prêmio Fórum de Justiça pelo projeto Mulher sem Medo, em 2015.

Fortaleza, 06 de novembro de 2019

ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA





O REITOR do CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ, no uso de suas atribuições e tendo-em vista o-Termo-de Colação de Grau do dia 28 de junho de 2002; confere o titulo de BACHAREL EM: DIREITO, a ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA, nascido(a) a 03 de setembro de 1978, natural de Mamanguape - PB portador(a) da cédula de identidade nº 2.308.391 - SSP/PB e outorga-The o présente Diploma, por ter concluído o curso de DIREITO para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

João Pessoa, 11 de Setembro de 2002

COORDENADOR DO CURSO

Reight flugge







Seccional da Paraíba CASA DO ADVOGADO E DOS DIREITOS HUMANOS ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

EXAME DE ORDEM CERTIFICADO

Certificamos, para os devidos fins, de acordo com o artigo 8º da lei 8.906/94 combinado com o artigo 1º, do Provimento nº 81/96, do CF/OAB e artigo 35 do Regimento Interno, que

ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA

Realizado nos dias 28 de agosto e 03 de novembro de 2002. obtendo APROVAÇÃO.

prestou EXAME DE ORDEM, perante Banca Examinadora, constituída por esta Seccional,

João Pessoa, 17 de dezembro

de 2002

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: MEMORANDO

Descrição:DESIGNAÇÃO DE RELATORIA NA CCJRAutor:99891 - DEP ROMEU ALDIGUERIUsuário assinador:99891 - DEP ROMEU ALDIGUERI

Data da criação: 01/12/2021 14:52:49 **Data da assinatura:** 01/12/2021 14:52:53



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO 01/12/2021

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-002-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	DATA REVISÃO:	24/01/2020

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Júliocesar Filho

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da ALECE), designamos Vossa Excelência para relatar:

Projeto: SIM

Emenda(s): NÃO

Regime de Urgência: NÃO.

Seguem os prazos, estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, os quais devem ser observados:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

- I 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
- II 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
- III 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Outrossim, solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão tão logo seja emitido o parecer.

Atenciosamente,

DEP ROMEU ALDIGUERI

R- A-1

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER

Descrição:PARECER DO RELATOR DA CCJRAutor:99062 - DEPUTADO JULIO CESAR FILHOUsuário assinador:99062 - DEPUTADO JULIO CESAR FILHO

Data da criação: 03/12/2021 14:24:34 **Data da assinatura:** 03/12/2021 14:24:55



GABINETE DO DEPUTADO JULIOCESAR FILHO

PARECER 03/12/2021

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29/2021

APROVA A INDICAÇÃO DA DEFENSORA PÚBLICA ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA, PARA ASSUMIR O CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, RECONDUZIDA POR 2 (DOIS) ANOS, DE ACORDO COM O ART. 147 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ.

PARECER

I – RELATÓRIO

(exposição da matéria – Art. 102, §1°, I, do Regimento Interno)

Trata-se do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29/2021**, proposto pela Mesa Diretora, a qual aprova a indicação da defensora pública Elizabeth das Chagas Sousa, para assumir o cargo de Defensor Público Geral do estado do Ceará, reconduzida por 2 (dois) anos, de acordo com o art. 147 da Constituição do Estado do Ceará.

Vale esclarecer que, consoante o disposto no artigo 48, inciso I, a, do Regimento Interno, compete à CCJR a análise dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica de redação legislativa de projetos, competindo à análise do mérito as demais comissões.

É o relatório. Passo a opinar.

II - VOTO

(Art. 102, §1°, II, Do Regimento Interno)

Feitas estas breves considerações iniciais, como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, passo a emitir parecer acerca da constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo ora examinado.

Referido Projeto de Decreto Legislativo aprova a indicação da defensora pública Elizabeth das Chagas Sousa, para assumir o cargo de Defensor Público Geral do estado do Ceará, reconduzida por 2 (dois) anos, de acordo com o art. 147 da Constituição do Estado do Ceará.

Primeiramente, observando a formalidade do Projeto ora exposto, a matéria em apreciação é de competência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, uma vez que o inciso X do art. 88 da Constituição Estadual que trata das competências privativas da Governador do Estado, prevendo que é deste a nomeação, após aprovação da Assembleia, do Defensor-Geral da Defensoria Pública.

Art. 88. Compete privativamente ao Governador do Estado

(...)

X – nomear, após aprovação da Assembleia Legislativa, o Defensor-Geral da Defensoria Pública.

Portanto, uma vez nítida a competência dessa Casa Legislativa para aprovar tal nomeação, e após análise legal do procedimento, não verificamos quaisquer óbices a aprovação do indicado.

Assim, diante do exposto, bem como, convencido da legalidade e constitucionalidade do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29/2021**, apresentamos o **PARECER FAVORÁVEL**, à regular tramitação da presente Proposição.

É o parecer.

fr.

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição: CONCLUSÃO DA CCJR

Autor: 99891 - DEP ROMEU ALDIGUERI **Usuário assinador:** 99891 - DEP ROMEU ALDIGUERI

Data da criação: 06/12/2021 15:21:11 **Data da assinatura:** 06/12/2021 15:21:15



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 06/12/2021

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-004-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANETES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

27ª REUNIÃO ORDINÁRIA Data 30/11/2021

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR

R- A- '

DEP ROMEU ALDIGUERI

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: APROVAÇÃO

Autor: 99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Usuário assinador: 99333 - ANTONIO GRANJA

Data da criação: 08/02/2022 11:24:45 **Data da assinatura:** 08/02/2022 19:29:08



PRIMEIRA SECRETARIA

DESPACHO 08/02/2022

APROVADO EM DISCURÇAO ÚNICA E VOTAÇÃO NA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2021.

ANTONIO GRANJA

1º SECRETÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

DECRETO LEGISLATIVO N.º 581, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021

APROVA A INDICAÇÃO DA DEFENSORA PÚBLICA ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA PARA EXERCER O CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO CEARÁ.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, inciso I, da Resolução 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1.º Fica aprovada a indicação da Defensora Pública Elizabeth das Chagas Sousa para o cargo de Defensor Público Geral do Estado do Ceará, reconduzida por 2 (dois) anos, de acordo com o art. 147 da Constituição do Estado do Ceará.

Art. 2. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,

2 de dezembro de 2021

DEP. EVANDRO LEITÃO

PRESIDENTE

DEP. FERNANDO SANTANA

1.° VICE-PRESIDENTE

DEP. DANNIEL OLIVEIRA

2.º VICE-PRESIDENTE

DEP. ANTÔNIO GRANJA

1.º SECRETÁRIO

DEP. AUDIC MOTA

2.º SECRETÁRIO

DEP. ÉRIKA AMORIM

3.ª SECRETÁRIA

DEP. AP. LUIZ HENRIQUE

4.º SECRETÁRIO

Nº do documento: 00010/2022 Tipo do documento: TERMO DE DESENTRANHAMENTO

Descrição: TERMO DE DESENTRANHAMENTO DO DOCUMENTO: AUTOGRAFO Nº (S/N)

Autor:99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRAUsuário assinador:99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Data da criação: 23/03/2022 12:58:00 **Data da assinatura:** 23/03/2022 12:58:00



DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

TERMO DE DESENTRANHAMENTO Nº 00010/2022 23/03/2022

Termo de desentranhamento AUTOGRAFO nº (S/N)

Motivo: ERRO

NÃO HÁ ASSINADOR ASSOCIADO